



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FABRICIO SILVA DE LIMA, LEANDRO NEVES BEZERRA  
Acesse em: <https://stc.e-ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b441fa6c7-5faa-4c8d-99a4-a4591b8fa2a6

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### a) Denominação, Constituição, Duração e Natureza

A **DPPE – Defensoria Pública do Estado de Pernambuco** começou a operar em junho de 1998, com sede na Rua Marques Amorim n.º 127, Bairro da Boa Vista – CEP nº 50.070-330, e é, por força do que dispõe o art.134, § 2º da Consituição Federal, um órgão público autônomo.

##### b) Características

A **DPPE – Defensoria Pública do Estado de Pernambuco** é um órgão com autonomia funcional, financeira e administrativa, sem personalidade jurídica, integrante da administração direta do Estado.

##### c) Finalidades da Entidade

Nos termos da Lei Complementar n.º 124, de 02 de julho de 2008, a **DPPE** tem por finalidade à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados.

De acordo com a Portaria n.º 001/04 de 14 de janeiro de 2004, a estrutura organizacional da **DPPE** prevê a ação integrada dos órgãos de administração Superior, Defensor Público Geral, Conselho Superior, Subdefensoria Pública Geral e a Corregedoria Geral; além dos órgãos executivos, Subdefensorias Públicas e Núcleos da Defensoria Pública; e, ainda, os órgãos da atividade-meio e apoio, Coordenadoria de Gestão e Secretarias e Auxiliares de Gabinete.

##### d) Recursos Financeiros

Constituem Receitas da DPPE: I – a arrecadação dos honorários sucumbenciais; II – a renda proveniente das aplicações financeiras; III – restituições de despesas de exercícios anteriores; IV – Receita da venda da operacionalização da folha. Afora o conceito de Receita Orçamentária, constituem Recursos Financeiros desta DPPE as Interferências Financeiras:



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FABRICIO SILVA DE LIMA, LEANDRO NEVES BEZERRA  
Acesse em: <https://stc.ece.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b441fa6c7-5faa-4c8d-99a4-a4591b8fa2a6

I – duodécimo; e II – os repasses do Tribunal de Justiça relativos a arrecadação das Taxa sobre a Utilização de Serviços Notariais ou de Registro (TSNR), conforme determina a Lei n.º 11.404, de 19 de dezembro de 1996.

### **e) Destinação de Recursos**

Os Recursos irão custear as despesas que viabilizarão o atendimento jurídico, judicial e extrajudicial as pessoas necessitadas do Estado, assim como aquelas que visam à modernização estrutural da DPPE e as atividades de suporte a finalidade da instituição, além das despesas com pessoal e encargos sociais.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações que compõem esta Prestação de Contas Anual foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; da Lei ordinária n.º 17.121/2020 que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2021; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativa aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), bem como do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da Secretaria de Tesouro Nacional (STN); e seguiram as diretrizes contábeis abaixo:

## **3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **a. Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição. Apresenta registro contábil das depreciações, conforme critérios e procedimentos estabelecidos na NBC TSP 07, usando o inventário entregue pelo último levantamento de bens desta Defensoria.

### **b. Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)**

A NBC TSP 09 determina que as reavaliações devam ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do balanço patrimonial, periodicamente, com a finalidade de revisar e ajustar o valor



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FABRICIO SILVA DE LIMA, LEANDRO NEVES BEZERRA  
Acesse em: <https://stc.e-ice.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b44f1a6c7-5faa-4c8d-99a4-a4591b8fa2a6

registrado do ativo, principalmente em relação às contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados. Os acréscimos ou decréscimos provenientes dessa reavaliação ou redução ao valor recuperável devem ser registrados em contas de resultado.

c. Ativo Circulante e Não Circulante

Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas. Do total do Ativo, o Circulante representa 31,47% e o Não Circulante, 68,53%.

d. Passivo Circulante e Não Circulante

Estão demonstrados por valores acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. O Circulante representa 100,00% do Passivo.

e. Restos a Pagar

As despesas empenhadas liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de 2021 foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento a Lei n.º 4.320/64. Os Restos a Pagar Processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Fornecedores e Contribuição Patronal da Previdência Estadual, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro. Nesse exercício não houve inscrição de Restos a Pagar Não Processados.

f. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto pelo subgrupo Resultados Acumulados. Reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

g. Apuração do Resultado

O superávit do exercício foi apurado pelo regime contábil de competência.



#### 4. BALANÇO PATRIMONIAL

##### 4.1. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo das disponibilidades em 31 de dezembro era:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta Única	512.665,88	1.555.327,49
Bancos - Outras Contas	132.716,50	403.254,39
Aplicações Financeiras	5.435.212,29	981.598,69
	<b>6.080.594,67</b>	<b>2.940.180,57</b>

O saldo apresentado na conta Única está depositado em conta da Caixa Econômica Federal.

A **DPPE** no exercício de 2021 movimentou recursos com as seguintes instituições financeiras:

Banco	Agência	Conta Corrente
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00130301-7
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00000987-5
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001054-7
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001055-5
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001138-1
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001217-5
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001643-0
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001687-1
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00071043-3
Banco Santander	4001 – Cais do Apolo	13-000877-1
Banco Santander	4001 – Cais do Apolo	13-002118-1
Banco do Brasil	3234– Cais do Apolo	8788-2
Banco do Brasil	3234– Cais do Apolo	8913-3
Banco do Brasil	3234– Cais do Apolo	8915-X



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FABRICIO SILVA DE LIMA, LEANDRO NEVES BEZERRA  
Acesse em: <https://stc.e-ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b44f1a6c7-5faa-4c8d-99a4-a4591b8fa2a6

As referidas contas estão conciliadas apresentando pendências ao final do exercício, quanto à cobrança de tarifas bancárias, sobre as quais foram solicitados os estornos; e depósitos indevidos para prestadoras de serviço os quais já foram solicitados à devolução.

Nessas contas correntes existe um total de R\$ 5.567.928,79 aplicados de forma diversificada.

#### 4.2. ESTOQUE

Saldo do Estoque em 31 de dezembro era:

<b>Estoque Interno – Almoxarifado</b>	<b><u>31/12/2021</u></b>
Material de Consumo – Estoque interno	<b>870.628,42</b>

Os estoques da **DPPE** estão formados principalmente por materiais de consumo interno (material de expediente, material gráfico, de informática e material de limpeza) e são registrados no Ativo Permanente por seus custos da última aquisição.

Os referidos saldos foram inventariados pelo Setor de Almoxarifado.

#### 4.3. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Saldo em 31 de dezembro era:

	<b><u>31/12/2021</u></b>	<b><u>31/12/2020</u></b>
Prêmios de Seguros a Apropriar	7.909,30	9.541,78
(P) Assinaturas e Anuidades a Apropriar	1.331,70	1.331,70
(F) Pessoal e Encargos Sociais a Regularizar	9.234,07	31.962.247,64
(F) Outras Despesas Correntes	0,00	1.508.495,33
(F) INSS Antecipado	0,00	1.087,99
(F) FUNAFIN - Pagamentos a Regularizar	<u>0,00</u>	<u>7.120.045,70</u>
	<b>18.475,07</b>	<b>40.602.750,14</b>

A quantia referente à R\$ 7.909,30 representa o seguro do ônibus e dos veículos, pagos no ato de sua aquisição e sendo baixados mensalmente durante 12 (doze) meses.



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FABRICIO SILVA DE LIMA, LEANDRO NEVES BEZERRA  
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b44f1a6c7-5faa-4c8d-99a4-a4591b8fa2a6

O valor de R\$ 1.331,70 se refere à assinatura de jornais e certificados digitais pagos no ato de sua aquisição e sendo baixado mensalmente durante 12 (doze) meses.

O montante da despesa com Pessoal e Encargos a regularizar, diz respeito, de início, ao pagamento de salário efetuado, em fevereiro de 2010, a servidor não pertencente ao quadro da **DPPE**, devido à duplicidade de matrículas com servidor da Defensoria Pública do Estado no valor de R\$ 4.453,59, e um total de R\$ 142,34 de Suprimento Individual a ser devolvido.

#### **4.4. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

O ativo imobilizado está constituído ao custo de construção ou aquisição.

Saldo do Imobilizado em 31 de dezembro era:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bens Móveis	13.584.740,70	12.041.978,78
Bens Imóveis	3.661.812,41	3.661.812,41
(-) Depreciação	(5.199.645,06)	(2.125.716,74)
Intangível	<u>3.287.971,21</u>	<u>3.287.971,21</u>
	<b>15.334.879,26</b>	<b>16.866.045,66</b>

Neste exercício foi apurada uma movimentação devedora líquida de R\$ 1.542.761,95, relativo à aquisição de máquinas, equipamentos, bens de informática, mobiliário e veículos.

O intangível corresponde a despesas com desenvolvimento de softwares e aquisição de licenças para as atividades meio e finalística desta Defensoria no valor de R\$ 3.287.971,21 (três milhões duzentos e oitenta e sete mil novecentos e setenta e um reais e vinte e um centavos), resultantes do investimento da operação de crédito com o BNDES para modernização operacional deste DPPE, e aquisições da própria DPPE.

A depreciação foi atualizada, sendo lançado o acumulado de 2019, 2020 e 2021, através de relatório de depreciação acumulada entregue pelo setor de Patrimônio.

#### **4.5. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS, E FISCAIS A PAGAR**

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar em 31 de dezembro era:



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FABRICIO SILVA DE LIMA, LEANDRO NEVES BEZERRA  
Acesse em: <https://stc.e-ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b44f1a6c7-5faa-4c8d-99a4-a4591b8fa2a6

	<b>31/12/2021</b>
(F) Folha Pessoal a Pagar pela UG	1.300,00
(F) Obrigações de Pessoal – Extra Folha	66.406,79
(F) Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar de Exercícios Anteriores	98.349,00
(F) Encargo Patronal ao FUNAFIN – Ativo Civil a Pagar	1.807.882,25
(F) Complemento Encargo Patronal ao RPPS – Ativo Civil – a Pagar	689.030,17
(P) Complemento Encargo Patronal ao RPPS – Ativo Civil	1.746.948,53
(P) Contribuição ao Sassepe	457.103,25
	<b>4.867.019,99</b>

Contribuição ao Sassepe (R\$ 457.103,25), se refere aos exercícios de 2017 e 2018, que tinham dotações insuficientes, e estão apropriados no Passivo de atributo “Permanente”, que podem ser regularizados com o saldo da dotação orçamentária aprovada para as despesas com Sassepe Patronal do exercício, depois de realizada sua execução.

Os demais encargos se referem a despesas com a competência de Dezembro/2021.

#### 4.6. DEMAIS OBRIGAÇÕES À CURTO PRAZO

Saldo das Demais Obrigações à Curto Prazo em 31 de dezembro era:

	<b>31/12/2021</b>
(F) Consignações Retidas sobre a folha de pgto.	270.000,06
(F) INSS Retido Servidores sobre folha de pgto.	192,90
(F) Depósitos de Cauções de Terceiros	2.199,81
(F) Depósitos de Terceiros	68.413,20
(F) Receitas do PECONSIG a Classificar	26.244,41
(F) INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PF	378,28
(F) INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ	21.977,02
(F) IRRF Sobre a Folha de Pagamento	2.120,65
(F) Imposto Sobre Serviços Retido de PF e PJ	14.494,93
(F) FUNAFIN Retido sobre remuneração de pessoal estatutário	769.911,03
(F) FUNAPREV Retido Servidor – Folha UG Independ.	16,98
	<b>1.175.949,27</b>



#### 4.7. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do exercício foi superavitário em R\$ 14.172.909,67, apurados na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

#### 4.8. APURAÇÃO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Foi apurado um superávit financeiro de R\$ 1.676.703,25 no exercício de 2021, levando-se em consideração o Ativo Financeiro menos o Passivo Financeiro.

### 5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

#### 5.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas dentro do e-Fisco; apropriadas mensalmente com base nas informações contidas nos extratos bancários.

Em 17 (dezessete) de novembro de 2021 foi realizada uma receita relativa a venda da operacionalização da folha da DPPE pela Caixa Econômica Federal (CEF), de acordo com o Processo Licitatório nº 038/2021, no valor de R\$ 1.340.000,00 (hum milhão, e trezentos e quarenta mil reais, que fora registrada indevidamente como receita de venda de produtos agropecuários.

#### 5.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A DPPE iniciou este exercício com a Despesa fixada em R\$ 200.432.600,00 (duzentos milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, e seiscentos reais), distribuídos entre as fontes de recuso: I – Recursos Ordinários (0101); II - Recursos Diretamente arrecadados (0104); e III – Recursos Oriundos do FERJ (0124).

No decorrer do exercício o orçamento foi suplementado em R\$ 66.555.518,97 (sessenta e seis milhões, quinhentos e cinqüenta e cinco mil, quinhentos e dezoito reais, e noventa e sete centavos).

Pode-se observar a composição do orçamento da DPPE, conforme quadros abaixo em R\$:

GRUPOS	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DESPESA ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	%	
Pessoal e Encargos	31	166.380.800,00	65.566.058,98	231.946.858,98	231.832.125,25	86,94%



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FABRICIO SILVA DE LIMA, LEANDRO NEVES BEZERRA  
Acesse em: <https://stc.e-ice.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b44fa6c7-5faa-4c8d-99a4-a4591b8fa2a6

Despesas Correntes	33	33.050.500,00	54.334,00	33.104.834,00	33.041.641,68	12,39%
Despesas de Capital	44	1.001.300,00	935.125,99	1.936.425,99	1.769.155,93	0,66%
<b>TOTAL</b>		<b>200.432.600,00</b>	<b>66.555.518,97</b>	<b>266.988.118,97</b>	<b>266.642.922,86</b>	<b>100,00%</b>

\*Percentual do grupo sobre o total da despesa executada

FONTES		LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DESPESA ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	%
Fonte do Tesouro Estadual	0101	199.096.600,00	66.430.216,98	265.526.816,98	265.347.159,77	99,51%
Fonte do Tesouro Estadual	0121	0,00	125.301,99	125.301,99	85.135,40	0,03%
Fonte – Depósitos Sucumbências	0104	400.000,00	0,00	400.000,00	395.616,52	0,15%
Fonte - FERJ	0124	936.000,00	0,00	936.000,00	815.011,17	0,31%
<b>TOTAL</b>		<b>200.432.600,00</b>	<b>66.555.518,97</b>	<b>266.988.118,97</b>	<b>266.642.922,86</b>	<b>100,00%</b>

\*Percentual do grupo sobre o total da despesa executada

## 6. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Esta demonstração evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício financeiro. Em 2021, o resultado patrimonial foi superavitário em R\$ 14.172.909,67.

Foi percebido um valor de receita com venda de produtos agropecuários, no valor de R\$ 1.340.000,00, esse valor, na verdade, se trata de receita com a venda da operacionalização da folha de pagamento para a Caixa Econômica Federal, que fora registrado no código de receita indevido, conforme Processo Licitatório nº 038/2021.

### 6.1. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS RECEBIDAS

Segue abaixo tabela com as transferências recebidas, detalhadas por fonte:

FONTE	VALOR (R\$)
101	277.646.816,94
124	1.033.888,41
<b>Total</b>	<b>278.680.705,35</b>



## 7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O fluxo de caixa líquido das Operações foi negativo em R\$ 11.682.761,11, o fluxo de caixa líquido dos investimentos foi negativo em R\$ 1.480.699,94, resultante da aquisição de ativos permanentes, o fluxo de caixa líquido de financiamentos foi R\$ 0,00, haja vista fim da operação de crédito, já o fluxo de caixa do extraorçamentário foi positivo em R\$ 16.303.875,15, resultando em uma Geração Líquida de Fluxo positiva em R\$ 3.140.414,10.

## 8. QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

O Quadro seguinte apresenta a decomposição das contas do Balanço Patrimonial pelos atributos Financeiros e Permanentes (anexo iv da Lei Federal nº 4.320/1964)

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b><u>Ativo Financeiro</u></b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.080.594,67	2.940.180,57
Demais Créd. e Valores a Curto Prazo	73.144,59	71.663,68
VPD Pagas Antecipadamente	9.234,07	40.591.876,66
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>6.162.973,33</b>	<b>43.603.720,91</b>
<b><u>Ativo Permanente</u></b>		
Estoques	870.628,42	544.472,19
VPD Pagas Antecipadamente	9.241,00	10.873,48
Imobilizado	12.046.908,05	13.578.074,45
Intangível	3.287.971,21	3.287.971,21
<b>Total do Ativo Permanente</b>	<b>16.214.748,68</b>	<b>17.421.391,33</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>22.377.722,01</b>	<b>61.025.112,24</b>
PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b><u>Passivo Financeiro</u></b>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	2.662.968,21	32.036.186,92
Fornecedores e Contas a Pagar	647.352,60	460.064,22
Obrigações Fiscais a Pagar	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.175.949,27	24.308.438,20
<b>Total do Passivo Financeiro</b>	<b>4.486.270,08</b>	<b>56.804.689,34</b>
<b><u>Passivo Permanente</u></b>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	2.204.051,78	61.355.734,18
Fornecedores e Contas a Pagar	1.480,88	-



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ FABRÍCIO SILVA DE LIMA, LEANDRO NEVES BEZERRA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: b441fa6c7-5faa-4c8d-99a4-a4591b8fa2a6

Obrigações Fiscais a Pagar	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
<b>Total do Passivo Permanente</b>	<b>2.205.532,66</b>	<b>61.355.734,18</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>6.691.802,74</b>	<b>118.160.423,52</b>

JOSÉ FABRÍCIO SILVA DE LIMA  
DEFENSOR PÚBLICO GERAL

LEANDRO NEVES BEZERRA  
CONTADOR CRC: 028.175-0 - PE